

## Terra Brasilis (Nova Série)

Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e  
Geografia Histórica

8 | 2017

Dossiê “5º Congresso Brasileiro de Geografia – 100  
anos”

---

# Meio século de Congressos Brasileiros de Geografia

Impressões de uma releitura

*Half century of the Brazilian Congresses of Geography: impressions of a re-  
reading*

*Medio siglo de Congresos Brasileños de Geografía: impresiones de una nueva  
lectura*

*Cinquante ans de congrès brésiliens de géographie: impressions à propos d'une  
nouvelle lecture*

**Luciene Pereira Carris Cardoso**

---



**Edição electrónica**

URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1975>

DOI: 10.4000/terrabrasilis.1975

ISSN: 2316-7793

**Editora:**

Laboratório de Geografia Política - Universidade de São Paulo, Rede Brasileira de História da Geografia  
e Geografia Histórica

**Referência eletrónica**

Luciene Pereira Carris Cardoso, « Meio século de Congressos Brasileiros de Geografia », *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], 8 | 2017, posto online no dia 27 junho 2017, consultado o 15 novembro 2018.

URL : [http://journals.openedition.org/terrbrasilis/1975](http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1975) ; DOI : 10.4000/terrbrasilis.1975

---

Este documento foi criado de forma automática no dia 15 Novembro 2018.

© Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

---

# Meio século de Congressos Brasileiros de Geografia

Impressões de uma releitura

*Half century of the Brazilian Congresses of Geography: impressions of a re-reading*

*Medio siglo de Congresos Brasileños de Geografía: impresiones de una nueva lectura*

*Cinquante ans de congrès brésiliens de géographie: impressions à propos d'une nouvelle lecture*

**Luciene Pereira Carris Cardoso**

---

## Introdução

- <sup>1</sup> Por ocasião do Seminário Comemorativo do Centenário do 5º Congresso Brasileiro de Geografia, realizado no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em 2016, retomamos o estudo dos certames geográficos analisado em outra oportunidade (Cardoso, 2011). Ao recuperar o tema, procuramos incorporar novos dados com interpretações originais ao texto, com intuito de contribuir à História do Pensamento Geográfico na primeira metade do século XX, bem como ao estudo da Geografia e da História do Brasil.

## 1. A sociedade geográfica da capital, os institutos histórico-geográficos estaduais e os congressos brasileiros de geografia

- <sup>2</sup> Criada em 1883 por iniciativa do senador Manuel Francisco Correia, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (daqui por diante, SGRJ) tomava como modelo as agremiações congêneres europeias. Tais sociedades proliferaram igualmente no Novo Mundo e tinham como principal objetivo divulgar o conhecimento científico por meio do intercâmbio de

publicações, da participação em congressos e da troca de correspondência com instituições semelhantes estrangeiras, principalmente europeias. Tudo isso se fazia, no entanto, dentro de uma perspectiva nacional. Buscava-se apoiar iniciativas de exploração do território pátrio, bem como promover eventos destinados à difusão do conhecimento sobre o país, como os Congressos Brasileiros de Geografia (daqui por diante, CBG).

- <sup>3</sup> Entre os anos de 1909 e 1954, foram promovidos 11 certames geográficos pela SGRJ, muitas vezes com participação decisiva de instituições culturais locais. Para efeito de comparação analítica, optamos por agrupar esses congressos em dois intervalos de tempo. O primeiro a ser considerado estende-se entre 1910 e 1926 durante a República Velha. O segundo momento compreende os eventos realizados em 1940 e 1944 (em pleno Estado Novo, que lhes assegurou patrocínio), e em 1954, realizado no segundo governo de Getúlio Vargas.

#### Congressos Brasileiros de Geografia (1909-1954)

CONGRESSOS BRASILEIROS DE GEOGRAFIA (1909-1954)				
Evento / ano	Local	Adesões	Trabalhos	Publicação
1º (1909)	Rio de Janeiro	557	108	12 v. (1494 págs.)
2º (1910)	São Paulo	348	79	—
3º (1911)	Curitiba	366	79	—
4º (1915)	Recife	213	48	3 v. (543 págs.)
5º (1916)	Salvador	1.057	111	2 v. (1877 págs.)
6º (1919)	Belo Horizonte	464	69	—
7º (1922)	Paraíba do Norte	94	69	—
8º (1926)	Vitória	225	55	1 v. (376 págs.)
9º (1940)	Florianópolis	2.137	215	5 v. (3.934 págs.)
10º (1944)	Rio de Janeiro	2.496	167	2 v. (1226 págs.)
11º (1954)	Porto Alegre	?	48	—

Fonte: Anais dos Congressos Brasileiros de Geografia e Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro / Sociedade Brasileira de Geografia.

- <sup>4</sup> Na tabela, em relação ao primeiro intervalo indicado, verifica-se que o 1º e o 5º congressos, que tiveram lugar, respectivamente, no Rio de Janeiro e em Salvador, alcançaram maior índice de adesões, seguidos em ordem decrescente dos de Belo Horizonte (1919), Curitiba (1911), São Paulo (1910), Vitória (1926), Recife (1915) e João Pessoa (1922). A mesma situação se apresenta no que se refere ao número de contribuições publicadas, sendo que a memória dos eventos de São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte e João Pessoa não foi registrada sob a forma de anais. A ideia de realizar um congresso brasileiro de geografia partiu do sócio José Arthur Boiteux em 1908, que sugeriu que a SGRJ promovesse uma reunião geográfica a fim de comemorar os 87 anos da independência nacional. O projeto foi encampado pela instituição recebendo apoio de

diversos estados. Na programação previsse a realização de excursões às casas em que viveu o Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, na ilha de Paquetá, e em Niterói, onde faleceu. Além disso, paralelamente ao encontro pretendia-se a realização de uma exposição cartográfica, que só viria a abalar a expectativa gerada. Poucos governos estaduais mandaram seus mapas, com exceção de Santa Catarina, Minas Gerais e São Paulo, este último representado pela Comissão Geográfica e Geológica, que enviou uma coleção de relatórios e folhas topográficas.

- 5 De qualquer forma, em que pesem algumas frustrações, o 1º Congresso conseguiu atingir, efetivamente, uma dimensão nacional. Fizeram-se representar, ao todo, 14 estados, totalizando 68 entidades brasileiras, com maior presença do Sudeste e Sul do país e destaque para Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. As atividades do 1º CBG iniciaram-se no Palácio Monroe, com a presença do presidente da República, Nilo Peçanha, e outras autoridades, num total de 140 personalidades.<sup>1</sup>
- 6 As contribuições apresentadas ao evento demonstram que alguns temas se sobressaíam: a questão da revisão da nomenclatura dos acidentes geográficos, a reforma do ensino e o problema da elaboração dos mapas cartográficos. Salientava-se a necessidade de mais informações sobre o *hinterland* brasileiro, ao passo que se reafirmava o caráter utilitário e pragmático dos estudos geográficos, dentro da ideia da utilização da ciência para o progresso e para a integração nacional. Ao que tudo indica, o certame obteve grande repercussão, tanto que se planejou a realização periódica de outros, como o convocado para o ano de 1910 na cidade de São Paulo que, no entanto, obteria o mesmo sucesso do encontro anterior.
- 7 É possível atribuir tal fracasso, em parte, à complexidade da preparação de empreendimentos acadêmicos de tal porte fora da capital da República, embora a direção da SGRJ se empenhasse em levá-los a cabo. A crescente-se a isso as longas distâncias a serem vencidas pelos participantes e a precariedade das comunicações na época. Uma pista sobre essas dificuldades pode ser percebida no relatório do 4º CBG, promovido em 1915, no Recife. A escassez de verbas, a precariedade dos contatos com a SGRJ, e a alegada incerteza provocada pelo início da I Guerra Mundial foram alguns dos contratemplos que, agravados por disputas políticas locais, levaram o general Dantas Barreto – então governador de Pernambuco – a chamar para si a responsabilidade de organizar a reunião científica, cujas sessões se realizaram no Ginásio Pernambucano (*Anais do 4º CBG*, 1915: 61).
- 8 O certo é que Dantas Barreto se valeu do prestígio do cargo que ocupava e conseguiu convocar 209 participantes, oriundos majoritariamente de Pernambuco e estados vizinhos. A julgar pelo que foi registrado nos *Anais* do evento (1915: 22-25), houve uma frustração quanto à divulgação do mesmo na Capital Federal, que resultaria em baixíssima participação de membros locais da SGRJ. Tal predomínio interferiu decisivamente na consecução do programa, distribuído em 12 comissões científicas, consoante as diversas ramificações do que era estendido então por Geografia.<sup>2</sup> A pauta dos trabalhos concentrou-se, sobretudo, na problemática das secas que afetavam o Nordeste do país e em assuntos que vinham sendo abordados desde o primeiro encontro patrocinado pela Sociedade em 1909, a exemplo da revisão da nomenclatura das cidades e acidentes geográficos, a adoção do esperanto como língua universal e a reforma do ensino da geografia nas escolas (*Anais do 4º CBG*, 1915: 54), bem como a necessidade da erradicação do analfabetismo no país. Nesse sentido, o general Dantas Barreto expunha um raciocínio cartesiano: “na propaganda dos conhecimentos geográficos, não

- esqueçamos que é preciso, como condição preliminar, que o povo saiba ler” (Anais do 4º CBG, 1915: 53).
- 9 Por outro lado, causa surpresa a ausência de debates sobre um dos temas que, naquela altura, mais suscitava polêmica entre os estudiosos da história e da geografia dos estados brasileiros: a fixação dos limites interestaduais. Pesquisando as atas das reuniões preparatórias do congresso, contudo, descobre-se que o silêncio fora provocado pelo próprio general Dantas Barreto, que proibira tal discussão com a justificativa de que “a atual divisão político-administrativa do Brasil é fruto de circunstâncias históricas de sua formação e nem mesmo por via de uma revisão constitucional poderá ser alterada sem gravíssimas consequências que devemos evitar a todo o transe, escudados no mesmo amor pátrio e no mesmo anelo do Brasil gigante” (Pereira, 1915: 37-38).
- 10 Em 1916, na cidade de Salvador, sob a presidência de Teodoro Sampaio, aconteceu o 5º CBG, mais tarde considerado um dos mais importantes do período que se estende de 1909 a 1926 (Souza, 1941: 16). Reuniu um total de 1.057 participantes. Paralelamente ao congresso, promoveu-se uma exposição de 104 documentos, entre cartas, mapas e fotografias, e inaugurou-se uma galeria com os 19 vultos nacionais e estrangeiros que mais teriam contribuído para o desenvolvimento da geografia no Brasil. À guisa de informação, cabe mencionar que a coleção era composta dos seguintes nomes: Peter Lund, Louis Agassiz, Frederic Hartt, Orville Derby, almirante Ernest Mouchez, Henri Coudreau, Élisée Réclus, von Martius, Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha, Cândido Rondon, Couto de Magalhães, João Barbosa Rodrigues, Cândido Mendes de Almeida, João Severiano da Fonseca, Antônio Rebouças, Alfredo Moreira Pinto e barão Homem de Mello (Anais do 5º CBG, 1916a: 12-13).
- 11 Os Anais do evento compreendem dois volumes. O primeiro contém o relatório de atividades, regulamento e regimento do congresso, a relação de memórias apresentadas, além das resoluções e das moções. O segundo concentra os trabalhos das comissões científicas, tais como atas, pareceres, monografias. Mais uma vez, os trabalhos do certame se distribuíram por 12 seções científicas.<sup>3</sup> Todavia, em relação aos congressos anteriores, efetuaram-se algumas mudanças. Além de separar a seção de geografia física da de geografia política, incorporou-se ao programa a de antropogeografia ou geografia humana; a seção de geografia biológica tomou a denominação de biogeografia, enquanto que a chamada geografia militante tratava das explorações geográficas (Anais do 5º CBG, 1916a: 17). Criou-se também uma seção de monografias dedicadas a temáticas locais que, por sinal, iria concentrar a maior parte dos trabalhos expostos – o que não é de estranhar, uma vez que 75% dos congressistas inscritos eram naturais do estado da Bahia.
- 12 Outra novidade a ser assinalada foi a introdução, no programa, de um segmento dedicado à geografia médica, área que buscava articular a climatologia com a medicina. Cientistas reconhecidos, Antônio do Prado Valladares (1916: 433), professor da Faculdade de Medicina da Bahia, Otávio Torres (1916: 443) e Alfredo Augusto da Matta (1916: 513) discutiram a relação entre clima e doença, além de propostas para a organização de uma carta nosográfica das regiões do território brasileiro e do incentivo ao estabelecimento de associações destinadas ao estudo das doenças tropicais.
- 13 Entre os estudos antropogeográficos, vale a pena assinalar as monografias assinadas por Egas Moniz Barreto de Aragão e por Manuel Raimundo Querino. O primeiro apontava o uso equivocado do conceito de raça latina, para se referir aos povos cujos idiomas derivam do latim, noção que se disseminara com a Primeira Grande Guerra. Assegurava que o Brasil não possuía um tipo étnico definido. Sendo assim, “em vez de julgar

- lamentável a sua etnogênese, o povo brasileiro, deve, pelo contrário, orgulhar-se de ser uma *officina gentiumm* e de sentir correr-lhe nas veias o sangue de todas as raças das terras, encerrando assim na sua alma a própria alma da humanidade” (Aragão, 1916: 554).
- 14 Já Manuel Querino, considerado hoje o primeiro estudioso afrodescendente a destacar a participação do negro na cultura brasileira, apresentou um alentado ensaio sobre costumes, hábitos e práticas introduzidas pelos escravos, enriquecido de material iconográfico de várias tribos africanas (Nunes, 2007). Na opinião de Querino (1916: 628), “o africano foi um grande elemento ou o maior fator da prosperidade econômica do país: era o braço e nada se perdia do que ele pudesse produzir. O seu trabalho incessante, não raro, sob o rigor dos açoites, tornou-se a fonte da fortuna pública e particular”.
- 15 Como era de se esperar, o contexto da guerra estimulou reflexões a respeito da utilidade estratégica do conhecimento geográfico, em consonância com o fenômeno de reafirmação dos sentimentos cívicos e do interesse pelas questões nacionais, identificado pelo historiador francês Maurice Agulhon (1996: 12) como “patriotismo à moda de 1914”. Assim, recomendava-se que o estudo da geografia fosse orientado pelo ideal cívico e seu ensino, incentivado nos “cursos civis e militares”, de maneira que cada soldado ou marinheiro “se torne um perfeito conhedor da geografia física do Brasil e dos países limítrofes” (Querino, 1916: 726). O congressista Luiz José da Costa Filho (1916: 722) afiançava que os exércitos beligerantes conheciam “não só de cor e salteado a geografia da Europa, mas, por igual, a geografia das outras partes do globo terrestre”. Corroborando essa premissa, Luiz Lobo advertia que cabia à geografia militar devassar estrategicamente o território brasileiro, tão extenso e tão desconhecido, com a mesma tática empregada no território dos inimigos (Lobo, 1916).
- 16 Diversas moções foram aprovadas no 5º Congresso, sobressaindo-se a que indicou a necessidade de elaborar as cartas geográficas do país ao milionésimo, de acordo com as convenções estipuladas nas reuniões do Comitê Internacional formado em prol da iniciativa, realizadas em Londres (1909) e Paris (1913). Registrhou-se ainda um voto de louvor ao Clube de Engenharia pela edição de uma espécie de manual para o preparo de mapas, elaborado pelo engenheiro André Gustavo Paulo de Frontin (1916: 151). Sugeriu-se, finalmente, a publicação de um “Dicionário geográfico dos estados”, por ocasião das comemorações do centenário da independência.
- 17 Não há registro de publicação de Anais referentes ao 6º e ao 7º congressos, realizados, respectivamente, nas cidades de Belo Horizonte, em 1919, e Paraíba do Norte (depois João Pessoa) em 1922. Há, no entanto, algumas pistas do primeiro, deixadas pelo secretário do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Mário Melo.<sup>4</sup> Os trabalhos dessa jornada foram divididos em seções científicas que englobavam as subdivisões dos estudos geográficos, mas incluíam também novos temas de interesse nacional, como as comemorações do Centenário da Independência, em 1922. Paralelamente elaborou-se uma exposição de livros, mapas e outros objetos, separados por estados. Diferentemente dos anteriores, o evento de 1919 levantou o véu que encobria diversos litígios envolvendo a definição de limites entre alguns estados da federação (Melo, 1919: 388).
- 18 De acordo com os apontamentos de Mário Melo (1919: 388), com o objetivo de preparar o programa da jornada de Belo Horizonte a SGRJ promoveu, no Rio de Janeiro, um encontro preliminar, com representantes dos estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Bahia e Ceará. Nessa ocasião, tratou-se extraoficialmente daquela problemática, buscando dirimir antigas disputas e firmar acordos demarcatórios baseados nos acidentes geográficos. Tudo leva a crer que a reunião articulava-se a um projeto mais amplo, de redefinição

político-administrativa do território nacional, cujo encaminhamento vinha sendo discutido na Sociedade a partir de estudos ali apresentados por Ezequiel Augusto Ubatuba na década anterior. Nesse trabalho, o advogado Ubatuba (1922: 21) concluía que as desproporções entre as áreas das unidades da Federação – herança das capitâncias do período colonial – constituíam um entrave para o desenvolvimento econômico do país. Para equacionar o problema, idealizou uma reforma político-administrativa que, entre outros pontos, dividia o território brasileiro de maneira mais equânime, em sua opinião, compreendendo 35 estados, além do Distrito Federal.

<sup>19</sup> De qualquer forma, segundo Mário Melo (1919: 388), durante a reunião preparatória foram fixados acordos entre os representantes de Pernambuco e estados fronteiriços, exceto a Bahia. Os pernambucanos reivindicavam a integração de certas ilhas do rio São Francisco ao seu território, o que os baianos consideravam apropriação indevida. Diante do impasse, não se chegou a um acordo: “como ao congresso de geografia cabia apenas sancionar os acordos de limites chegados a bom termo pelos representantes dos estados, nada foi possível fazer” (Melo, 1919: 395).

<sup>20</sup> Aliás, a questão da redivisão territorial inseria-se no movimento de cariz nacionalista que envolveu a Liga da Defesa Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (daqui por diante, IHGB) e a SGRJ. Sob o lema “O Brasil Unido”, a campanha pretendia solucionar as vinte e nove questões de limites interestaduais herdadas do regime imperial até o ano emblemático de 1922, quando se comemoraria o Centenário da Independência do Brasil. A jornada de Belo Horizonte trouxe à baila a candente questão que afetava a convivência entre os estados. Devido aos constantes conflitos entre São Paulo e Paraná, Ceará e Piauí, Sergipe e Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, organizou-se a Conferência de Limites Interestaduais no Rio de Janeiro, em 1920, sob o patrocínio do presidente Epitácio Pessoa. Como resultado, sete acordos foram firmados no Palácio do Catete, a exemplo, da fixação da linha divisória entre Paraná e São Paulo.

<sup>21</sup> Ao que parece, as questões de limites interestaduais se estenderam, uma vez que a demanda dos pernambucanos teria continuidade no 8º Congresso Brasileiro de Geografia. O certame foi realizado em 1926, na cidade de Vitória, sob a presidência do general Cândido Mariano da Silva Rondon e a chancela do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (Barreto et al., 1926: 31). Apesar da jornada compreender oito seções temáticas (*Anais do 8º CBG*, 1926: 31)<sup>5</sup>, a pauta de discussão convergiu para a demarcação das divisas entre os seguintes estados: Paraíba e Ceará; Pernambuco e Paraíba; Pernambuco e Ceará; Paraíba e Rio Grande do Norte. Novos confrontos se sucederam, e os delegados do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, mais conhecido como Leão do Norte, se recusaram a tratar das questões que afetavam o seu estado, sob a seguinte alegação:

Os congressos de geografia não foram criados para tratar de limites. Ao contrário, havia cláusulas proibitivas de discussões sobre limites, porque o assunto concordava sempre para separar amigo e, na Bahia, houve um incidente pouco agradável entre sergipanos e baianos, só porque na descrição de um município baiano um congressista incluiu nos limites, como pertencente à boa terra, uma nesga dita contestada por Sergipe. Os congressos de geografia foram criados para animar o estudo de nossa pátria e aproximar periodicamente os que ao mesmo se dedicam. (*Anais do 8º CBG*, 1926: 87)

<sup>22</sup> Os participantes do encontro de Vitória pareciam partilhar da ideia de que o melhor caminho para fortalecer a federação e estreitar os laços interestaduais consistia em eliminar aqueles litígios, evitando a ameaça de uma “guerra civil”. Porém, assinalavam

alguns obstáculos que impediham a efetivação de acordos oficiais: a ausência de estudos topográficos, o espírito marcadamente regionalista da população, a oposição de vários políticos e a falta de continuidade administrativa nas gestões de prefeituras e de governos estaduais (Anais do 8º CBG, 1926: 318). Cabe mencionar que as discussões sobre limites interestaduais só iriam se arrefecer em 1937, com a promulgação da Constituição do Estado Novo, que dissolia, de certa forma, as disputas estaduais no ideal de fortalecimento da União.

- 23 É possível observar algumas permanências, nas moções e sugestões aprovadas na plenária do 8º Congresso Brasileiro de Geografia. Como de costume postulava-se a erradicação do analfabetismo. No entanto, nesta ocasião, a campanha era reforçada pela participação de congressistas envolvidos em movimentos de renovação das práticas didáticas em geografia e da reorganização geral do ensino no país, como no caso de Everardo Backheuser. Este engenheiro, que se tornara membro dos mais ativos da SGRJ nas décadas de 1920 e 1930, foi uma das figuras destacadas no evento.<sup>6</sup>
- 24 Quanto às recomendações finais do evento, entre outras manifestações, as comissões científicas declararam-se favoráveis à uniformização correção de nomes de acidentes geográficos e de localidades, de acordo com a língua indígena ou com a tradição popular. Aconselharam, também, a criação de uma cadeira para o ensino da língua tupi nas futuras faculdades de letras, bem como a implementação da disciplina estudos americanos, que englobaria o estudo da etnografia, da antropologia, da história, do folclore e das migrações indígenas. Vale observar, nesse sentido, a retomada da temática indígena nos congressos de geografia. Posta em grande evidência no primeiro evento (Nunes Pereira, 2010: 41-42), o tema havia caído em esquecimento nos posteriores, pelo que se pode constatar no material relativo ao 4º e 5º congressos.
- 25 Constata-se que os encontros realizados na República Velha contaram com financiamento de órgãos públicos e com participação dos institutos histórico-geográficos e de seus respectivos governos estaduais, levando ao aparecimento de grande número de contribuições que privilegiavam temáticas locais (fora o primeiro certame, realizado na então Capital Federal). Inicialmente, a Sociedade de Geografia do Rio do Janeiro ocupou o protagonismo na promoção de tais eventos, contudo os agentes locais tomaram para si a organização dos eventos, em especial nas jornadas ocorridas no Nordeste.
- 26 Ao que parece, a jornada de Vitória, em 1926, recuperou o protagonismo da SGRJ devido ao regionalismo pouco expressivo do estado do Espírito Santo. Isso pode ser averiguado através da participação de duas figuras significativas de seus quadros sociais. Por um lado, o general Cândido Rondon considerado um “herói nacional” e, de outro, Everardo Backheuser, que sistematizou os estudos geopolíticos no Brasil, bem como envolveu-se no debate sobre a divisão territorial, a localização da capital federal e a centralização administrativa, defendendo a consolidação da unidade territorial a partir de um poder central. Os congressos realizados entre 1909 e 1926 evidenciaram o problema do sistema federalista fixado pela Constituição de 1891. Os debates travados demonstraram como os interesses das oligarquias estaduais sobrepujavam o poder da União, constituindo um entrave à formação de uma identidade nacional e à consolidação da integridade territorial.

## 2. Os congressos brasileiros de geografia no âmbito do sistema geográfico oficial

- <sup>27</sup> A complexidade das ações implementadas pelas políticas públicas direcionadas para integração do território nacional durante a era Vargas ensejou aquilo que denominamos cultura geográfica. Na esteira das reflexões de Ângela de Castro Gomes (2007), é possível inferir que, ao lado da sua dimensão temporal, própria de uma ‘cultura histórica’, uma sociedade também se empenha em definir o espaço físico que ocupa. Isso leva ao surgimento de uma ‘cultura geográfica’, capaz de estabelecer vínculos entre os indivíduos e o território pátrio. A categoria cultura geográfica aqui proposta articula-se, por um lado, com a cultura política do Estado Novo e por outro lado, aproxima-se do que poderia ser entendido como o campo da geografia dos anos 1930 e 1940. É viável supor que as políticas públicas desenvolvidas na era Vargas levaram a um conjunto de ações sistemáticas, originando uma cultura geográfica que visava responder a determinadas demandas. É evidente que, para desenvolver essa cultura geográfica, não se fez tábula rasa do passado. Procurou-se suporte nas experiências e estudos anteriores, empreendidos pela “prestigiosa Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro que de longa data vem liderando no país as iniciativas e as realizações geográficas” (CNG, 1939).<sup>7</sup>
- <sup>28</sup> De acordo com a historiadora Ângela de Castro Gomes (2007: 49), nos regimes autoritários a construção de uma cultura política vincula-se fortemente à implementação de políticas públicas, que investem de maneira eficiente e consciente na busca de sua legitimidade. No caso do Estado Novo, de acordo com a autora, o conjunto de medidas voltadas para a recuperação do “passado nacional brasileiro” revela uma dimensão específica de política pública em duplo sentido: no primeiro momento, buscou-se articular determinados setores do aparato de governo com atores sociais relevantes para a sociedade, a exemplo de artistas, cientistas e intelectuais; no segundo momento, delimitou-se o lugar de representação da nacionalidade por meio da leitura e da valorização deste mesmo passado.
- <sup>29</sup> Nesse sentido, em 1940, como mencionado, a SGRJ retomou a prática de promover eventos periódicos de Geografia, interrompidos em 1926. De acordo com as resoluções 42 e 48, respectivamente de 7 de julho e 30 de outubro de 1939, do CNG, “a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, num entendimento cívico, deliberaram reiniciar a série dos Congressos Brasileiros de Geografia, realizando-os trienalmente” (CNG, 1939).
- <sup>30</sup> No contexto do que denominamos cultura geográfica do Estado Novo, a Sociedade promoveu duas jornadas científicas, em Florianópolis (1940) e no Distrito Federal (1944). Sintomaticamente, o 9º CBG seria precedido de intensa propaganda. O ministro Bernardino José de Sousa,<sup>8</sup> presidente da comissão organizadora, percorreu diversas capitais fazendo palestras e pronunciamentos, com objetivo de atrair especialistas e políticos para a reunião.<sup>9</sup> A opção pelo estado de Santa Catarina como sede do evento não foi aleatória. A escolha respondia a demandas bastante específicas, fruto da instabilidade política internacional, já que naquele estado se concentravam numerosos núcleos de imigrantes europeus, com predominância expressiva de indivíduos de origem alemã, alvos da propaganda nazista. Além disso, pretendia-se também homenagear o idealizador desses encontros, o citado José Arthur Boiteux, em sua terra natal.

- 31 A sessão solene de inauguração do 9º Congresso ocorreu na Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1940. O interventor federal Nereu Ramos proferiu a palestra de abertura (Ramos, 1941: 92), seguida dos pronunciamentos de Ivo de Aquino Fonseca, secretário de Estado do Interior, da Justiça e da Saúde (Aquino, 1941: 92), e do ministro José Severiano da Fonseca Hermes. Este justificou sua indicação para representar a comissão organizadora, em substituição ao Ministro José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (daqui por diante, IBGE), que se encontrava envolvido com o projeto do recenseamento a ser realizado naquele ano pelo órgão.
- 32 Tal como Bernardino de Sousa anunciara, a grande novidade que marcou o programa de 1940 e foi repetida em 1944 consistia na formulação de teses oficiais para dissertação. Ou seja, os organizadores preparavam previamente as proposições dos congressistas, distribuídas por seções que contemplavam áreas do conhecimento geográfico.<sup>10</sup>
- 33 As jornadas de 1940 e 1944 reuniram figuras representativas do cenário intelectual brasileiro. Ao lado de conhecidas personalidades do panorama político-cultural do Estado Novo, figuravam funcionários do recém-criado IBGE, além de professores e dos primeiros egressos dos cursos das faculdades de filosofia, a exemplo de Alberto Ribeiro Lamego, José Setzer Gutman, Luiz de Castro Faria, Alvino Bertoldo Braune, Francisco Iglesias, Gregório Bondar, Odilon Nogueira Matos, Gilberto Freyre, Alice Piffer Canabrava, Carlos Delgado de Carvalho, Orlando Valverde, Jorge Zarur, Valter Spalding, Renato Teixeira Mendes, Osni Medeiros Régis, Pierre Monbeig, entre outros. Além disso, houve instituições que se fizeram representar por meio de trabalhos de caráter oficial, como o Ministério das Relações Exteriores, o Serviço de Proteção aos Índios, o Clube de Engenharia e a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- 34 De modo geral, como era de se prever, as teses oficiais confluíam para o desenvolvimento da cultura geográfica do Estado Novo, tanto na escolha dos temas para estudo quanto na busca de subsídios para orientar a formulação de políticas públicas. A esse respeito, no programa do congresso de 1940 a seção de geografia humana apresentava o item “Estudo funcional de um centro urbano”, e solicitava-se aos autores de monografias que identificassem as condições geográficas e topográficas que influíam na formação de uma cidade, bem como o seu “histórico geograficamente interpretado”. Na mesma seção, outro exemplo expressivo é a redação de um “inquérito antropogeográfico sobre um tipo de imigrante”, em que se estimulava a redação de monografias que abordassem, entre outros aspectos, “a origem, a categoria social, a atitude do imigrante em relação ao trabalho, aos ‘conceitos médios’ sobre propriedade, família, religião, educação e as questões internacionais, e se o tipo era assimilável ou não” (Anais do 9º CBG, 1941: 31).
- 35 Os referidos anais compreendem cinco alentados volumes, contabilizando um total de 3.934 páginas. O primeiro volume reportava-se à parte preparatória: regulamento, resoluções, instruções para comunicações, lista de adesões, teses oficialmente recomendadas, atas das sessões e programa. Os demais concentraram os 227 trabalhos aprovados para publicação e os respectivos pareceres das comissões técnicas.
- 36 A maior incidência de trabalhos recaiu sobre as seções de geografia humana e de geografia econômica, seguindo-se contribuições voltadas para a temática regional e monografias dedicadas ao estudo da geografia física. Afora a indicação recorrente da necessidade de elaborar uma carta topográfica brasileira, assunto que vinha sendo discutido desde 1909, as demais moções aprovadas pelas comissões técnicas espelham o contexto político e cultural que o país atravessava. Foram aprovados indicativos

recomendando a criação de um curso de corografia brasileira no Instituto Nacional de Cinema Educativo; o preparo de um dicionário geográfico brasileiro, pelo CNG; a organização de roteiros e de planos de excursões de caráter científico-geográfico aos estados brasileiros, para serem publicados na Revista Brasileira de Geografia; a introdução das seções de geografia das calamidades e de geografia urbana nos próximos congressos; o estabelecimento de órgãos geográficos de âmbito estadual, tal como os que já existiam em Minas Gerais e em São Paulo. Finalmente, advertia-se aos congressistas que se dedicassem exclusivamente aos estudos de aspectos geográficos, deixando de lado as questões de natureza política. Deliberou-se ainda que os congressos brasileiros de geografia passariam a ter periodicidade trienal, devendo o próximo realizar-se em 1943, dessa feita no extremo norte do país, em Belém do Pará.

- <sup>37</sup> Contudo, nem todas as decisões foram unânimes. Há registro de discussões acaloradas, tal como a que se seguiu à proposta do professor Jorge Zarur, integrante da comissão de metodologia geográfica, regras e nomenclatura. Ele postulou a separação dos cursos de geografia e história nas faculdades de filosofia, e a criação de uma disciplina específica para tratar da metodologia do ensino da geografia. A moção teve acolhida favorável do plenário, porém o professor Pierre Monbeig, presidente da comissão de geografia humana, recomendou que não se deliberasse precipitadamente sobre o assunto. Colocada em votação pelo presidente da comissão organizadora, o ministro Bernardino de Sousa, e apesar das manifestações de protesto de muitos congressistas, a sugestão foi orientada para reexame, a pretexto de "atender ao apelo do sr. Prof. Pierre Monbeig, em homenagem à sua cultura e à colaboração que traz para os nossos trabalhos (Anais do 9º CBG, 1941: 132).
- <sup>38</sup> Além da programação científica, foram planejadas atividades que buscavam reforçar a política cultural de cariz nacionalista, desenvolvida no Estado Novo: visitas ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, à Academia Catarinense de Letras e a estabelecimentos de ensino; exibições públicas de filmes produzidos pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo; apresentação de demonstrações de educação física no estádio de Santa Catarina; uma excursão científica ao Vale de Itajaí, liderada pelo professor Pierre Monbeig; e uma homenagem ao catarinense José Arthur Boiteux, responsável pela introdução dos congressos de geografia no Brasil.
- <sup>39</sup> A comissão organizadora também patrocinou um ciclo de conferências, ao que tudo indica nas dependências do Clube 12 de Agosto. A primeira, pronunciada por Osvaldo Cabral, constava de relato histórico da evolução do estado de Santa Catarina. A segunda teve por objetivo apresentar uma comunicação técnica, acompanhada de exibição cinematográfica, acerca dos levantamentos aerofotogramétricos desenvolvidos pelo Sindicato Condor. A terceira, do professor Delgado de Carvalho, ofereceu um quadro da evolução da geografia humana, detendo-se no exame da contribuição de geógrafos europeus e norte-americanos. O ciclo seria encerrado pelo tenente-coronel Temístocles Sousa Brasil, com a palestra "Uma página da geografia", dedicada a estudantes do ensino primário, seguida da apresentação de "filmes geográficos" (Anais do 9º CBG v.1, 1941: 134).
- <sup>40</sup> Conforme a periodização instituída nas resoluções 42 e 48 do CNG, o 10º Congresso deveria se realizar em 1943, na capital do estado do Pará. Todavia, devido à entrada do Brasil na II Guerra Mundial o evento seria adiado e transferido para o Rio de Janeiro. Convocado para se realizar em 1944, além dos órgãos do sistema geográfico oficial, recebeu as adesões do Ministério da Educação e Saúde e da Prefeitura do Distrito Federal. Em relação ao encontro de Florianópolis, do ponto de vista de estrutura e funcionamento,

o 10º Congresso apresentou como novidade a introdução da seção de geografia das calamidades e a volta da geografia médica (*Anais do 10º CBG, 1949, v.1: 34-35*). A comissão organizadora central delimitava os assuntos relevantes para estudo. Por exemplo, na área de geografia médica, preocupavam-se com a distribuição geográfica da malária; em relação à geografia das calamidades, recomendava-se que os trabalhos se debruçassem sobre as pragas de gafanhotos e as enchentes dos rios em centros urbanos. As instruções para apresentação de trabalhos seguiam o mesmo modelo da jornada de 1940, ou seja, o programa fora previamente determinado com a formulação de 18 teses oficiais para dissertação, distribuídas pelas dez seções em que se dividiam as atividades. Manteve-se, também, a prática da avaliação prévia do mérito das comunicações, por comissões científicas.

- 41 Como era de se prever, Getúlio Vargas ocuparia a presidência de honra do encontro, secundado por autoridades do Estado Novo, a exemplo de Gustavo Capanema, e por sócios beneméritos da SGRJ, tais como Cândido Rondon, Bernardino José de Sousa, João Severiano da Fonseca Hermes, Fernando Antônio Raja Gabaglia, Brás Dias de Aguiar, Édison Junqueira Passos e Emílio Fernandes de Sousa Doca. A comissão organizadora foi liderada pelo ex-chanceler José Carlos de Macedo Soares, presidente do IBGE e do IHGB. Em 11 de setembro de 1944 realizou-se a sessão plenária preparatória nas dependências do IHGB, no prédio do Siloé Brasileiro (Raja Gabaglia, 1949a:112), ao passo que a cerimônia de instalação aconteceu no Palácio Tiradentes, com a presença do representante do presidente da República, o ministro Alexandre Marcondes Filho. Nessa solenidade, o professor Fernando Raja Gabaglia (1949b: 122) – velho filiado da Sociedade – reafirmou a importância dos estudos da geografia política para o Estado Novo, “uma vez que os nexos entre as condições geográficas naturais e a estruturação política de um estado são inegáveis (...) despida de quaisquer considerações subjetivistas, a noção de estado decorre do território, pois o estado é uma ‘individualização geográfica’”.
- 42 Compareceram à jornada 2.496 congressistas, inclusive estrangeiros, como os delegados da 2ª Reunião Pan-americana de Consulta sobre a Geografia e Cartografia, e do doutor André C. Simonpietri, secretário da comissão de Cartografia do Instituto Pan-americano de Geografia e História, em viagem pelos países latino-americanos com os objetivos de levantar informações cartográficas e promover o intercâmbio de técnicos (Castro, 1949: 170). Há que mencionar, ainda, a participação de representantes das embaixadas dos EUA, Portugal e França, do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, da Faculdade Nacional de Filosofia, do Colégio Pedro II, do Clube de Engenharia, do IHGB, do Instituto de História e de Geografia Militar, do Conselho Nacional de Geografia (daqui por diante, CNG), da Prefeitura do Distrito Federal, dos estados e dos territórios brasileiros.
- 43 Foram expostas 167 monografias no 10º Congresso. Lamentavelmente, esse material não foi publicado na íntegra, limitando-se os anais a apenas dois volumes, o que nos impede de fazer um quadro, tal como realizado acerca do 9º Congresso. De qualquer forma, no primeiro volume, impresso em 1949, encontram-se os textos relativos ao regulamento, ao programa de teses oficiais, às moções, às conferências, às excursões, bem como a edição de 37 teses resumidas e adaptadas. O segundo volume apareceu em 1952 e contém os trabalhos aprovados para a publicação das seguintes comissões: geografia histórica (15), geografia matemática (4), geografia física (5) e biogeografia (2).
- 44 A leitura desse material, embora conte com apenas quatro seções do evento, demonstra que os organizadores se esmeraram para reforçar a cultura geográfica do Estado Novo, de forma semelhante ao ocorreu no congresso de 1940. A questão imigratória, por exemplo,

mereceu a atenção de diversos estudiosos, tal como o capitão Osmar Romão da Silva, cuja comunicação abordou a assimilação dos imigrantes entre os anos de 1934 e de 1944. A primeira data correspondia ao momento de profunda desassimilação decorrente da influência nazista. Para o militar, a situação só se alterou com a lei de nacionalização do ensino, promulgada em 1935, seguida da proibição de propaganda política estrangeira e utilização do idioma alemão em lugares públicos (Silva, 1949: 173).

- 45 Também preocupado com controle dos imigrantes, deputado e professor Xavier de Oliveira defendeu a ideia de uma redivisão administrativa do território brasileiro, por meio da criação de 16 novas “unidades mediterrâneas”, com características semelhantes às de colônia agrícola e militar. As unidades teriam sua população constituída por até 25% de europeus, ficando vedada a entrada de “elementos da raça amarela” (Oliveira, 1949: 487). Oliveira sugeriu a adoção de um sistema de cooperativa, que estabelecia o direito ao uso da terra após cinco anos, para o brasileiro nato e para o estrangeiro que se casasse com brasileira ou tivesse filhos nascidos no país. E recomendava, ainda, sucessivas partilhas do espaço nacional, “de tal jeito que consideremos a redivisão política periódica do território nacional um postulado a ser inscrito em nosso próprio estatuto fundamental. E deve ser feita baseada, em, apenas, três considerações: (1) a extensão territorial de cada estado; (2) a densidade demográfica de cada região; (3) o índice de progresso econômico e social a que houver atingido” (Oliveira, 1949: 486).
- 46 Apesar das restrições impostas pela SGRJ, no que tange às moções e recomendações houve indicativos que despertaram boas polêmicas. A começar pelo velho problema dos limites interestaduais. O representante do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, o já mencionado Mário Melo, considerou o assunto inoportuno, uma vez que Carta Constitucional de 1937 havia extinguido quaisquer questões de limites (Anais do 10º CBG, 1949:186). O embaixador Macedo Soares, porém, na qualidade de presidente da jornada científica, considerou válido o debate para a “retificação de pontos imprecisos ou duvidosos” (Id, ibid: 184). A posição do ex-diplomata encorajou outros participantes a tratarem daquela problemática, a exemplo de Azevedo Costa, Joaquim Ramalho e Benedito Quintino dos Santos (Id, ibid: 88-189).
- 47 Por outro lado, certos congressistas voltaram suas atenções para delimitação do campo da disciplina, censurando comunicações que, no seu entender, não tratavam de temas de natureza geográfica, como fez Fábio de Macedo Soares Guimarães, secretário da comissão de geografia humana. Ele reconheceu a contribuição positiva de monografias de cunho econômico e social, voltadas para subsidiar a administração pública, porém advertiu: “francamente escapam à competência de um congresso de geografia” (Id, ibid: 203).
- 48 A provocação de Macedo Soares foi respondida por Luís de Oliveira Belo, que manifestou a sua dificuldade em distinguir uma tese geográfica de teses de outras áreas do conhecimento, dúvida que acreditava compartilhar com a maior parte dos congressistas. Criou-se uma situação de mal-estar, uma vez que todos os trabalhos apresentados correspondiam às teses oficiais, preparadas pelos organizadores do evento, além de terem passado pela aprovação das comissões científicas (Anais do 10º CB, 1949: 203). Outras intervenções também suscitaram animados debates. Na 3ª sessão plenária, o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, pronunciou uma conferência sobre o papel da geografia na formação da juventude brasileira. Em sua opinião, os cursos de geografia e história ministrados pelas faculdades de filosofia, de acordo com a legislação aprovada em 1939, destinavam-se ao preparo “primeiro do cientista em Geografia e História; segundo (...) de professores para a escola secundária” (Id, ibid: 215).

49 Na esteira das ideias de Capanema, o ministro João Severiano da Fonseca Hermes e o engenheiro Valdemar Lefèvre sugeriram a regulamentação da profissão de geógrafo e a criação de uma faculdade de geografia e cartografia (Aais do 10º CBG, 1949: 263-266). O indicativo foi aprovado com parecer emitido por Alírio de Matos, professor da Escola Politécnica, aconselhando o estabelecimento de escolas especializadas para a formação de topógrafos, agrimensores e engenheiros geodesistas, além de cursos de geografia nas faculdades de filosofia.

50 O debate tomou outro rumo quando Jorge Zarur, contrariando a opinião do ministro Capanema, argumentou que não estava na alcada das faculdades de filosofia diplomar cientistas, mas sim professores de ensino secundário. O professor Fernando Raja Gabaglia, por sua vez, advertiu que a moção aprovada pretendia apenas incentivar o estabelecimento de um curso técnico de geografia. Via com dificuldade a criação de uma escola superior voltada exclusivamente para o preparo de geógrafos, mas atentava para a necessidade de incorporar disciplinas pedagógicas nos currículos dos cursos de matemática, geografia e história. Não satisfeito com o encaminhamento da discussão, em outra oportunidade durante o Congresso, Jorge Zarur retomaria as propostas de Capanema, concluindo:

Nos últimos dez anos as universidades se têm esforçado em formar professores de geografia, geógrafos no verdadeiro sentido da palavra são poucos e quase todos autodidatas. Tenho esperança de que, no futuro, teremos também o técnico de geografia, o geógrafo profissional, como eu vi nas várias regiões americanas por onde passei, pesquisando e não somente ensinando geografia, mas indo ao campo para realizar pesquisas, construindo a ciência geografia e dando-nos um conhecimento maior do mundo em que vivemos. (Zarur, 1949: 386)

51 Além das comunicações, na programação científica houve seis conferências especiais. As três primeiras foram realizadas no auditório do Ministério da Educação. O professor Jorge Zarur inaugurou o ciclo, com a conferência “Geografia: ciência moderna a serviço do homem”, seguido do comandante Braz Dias de Aguiar, com o relato dos trabalhos de levantamento dos rios da região amazônica, desenvolvidos pela Comissão Demarcadora de Limites. Por fim, falou o professor Everardo Backheuser, que sublinhou alguns dos aspectos singulares da geografia carioca.

52 Denominadas de “Tardes brasileiras”, as conferências restantes tiveram lugar no IHGB e se caracterizaram pela valorização das grandezas naturais do território brasileiro, de acordo com o nacionalismo do Estado Novo. Deste modo, foram privilegiadas a “Região Nordestina”, pelo professor Sylvio Fróes Abreu; a “Região Centro-Oeste”, pelo coronel Lírias Augusto Rodrigues e a “Amazônia brasileira”, pelo professor Artur César Ferreira Reis.

53 Além de abrir a discussão a respeito do ofício de geógrafo e da sua formação profissional, a plenária do evento aprovou moções que sugeriam a permuta entre professores da disciplina de vários estados do Brasil, para o “efetivo conhecimento prático do território, finalidade considerada duplamente cultural e patriótica” (Anais do 10º CBG, 1949: 475); a criação de gabinetes de geografia nas escolas secundárias; a introdução da seção de geografia urbana no programa dos próximos congressos, em consonância com os resultados das pesquisas efetuadas por técnicos do CNG sobre a revisão de nomenclaturas das cidades brasileiras. Esta moção, aliás, levaria a outra recomendação, aconselhando o estudo da disciplina por urbanistas e arquitetos dedicados aos planos de remodelação das cidades.

- 54 No encerramento dos trabalhos o evento conferiu o Prêmio José Boiteux, agraciando com medalhas de ouro, prata e bronze as comunicações aprovadas com louvor.<sup>11</sup> Concedeu-se a medalha de ouro à monografia “O homem e a restinga”, de autoria do professor Alberto Lamego Filho, estudo inspirado em Euclides da Cunha que tratou da colonização e da ocupação do estado do Rio de Janeiro (Anais do 10º CBG, 1949: 474). Além disso, por sugestão de Fernando Antônio Raja Gabaglia decidiu-se pela realização do 11º CBG na cidade do Belém do Pará, em 1946. Cogitou-se, ainda, a organização do certame seguinte na cidade de Salvador, em 1949, como parte das comemorações do 4º Centenário da fundação da cidade.
- 55 Contudo, a deposição de Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945 não favoreceu aquelas pretensões, pelo menos temporariamente. Em 1954, a Sociedade retomou a promoção de um novo congresso, oportunamente no segundo governo de Getúlio Vargas, sob a chancela do IBGE. Desde 1951, aventureu-se a organização de um novo certame no Rio de Grande do Sul para o ano seguinte. Como já estavam programados os XVII Congresso Internacional de Geografia e a Reunião de Consulta Pan-Americana de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História nos Estados Unidos, os organizadores optaram pelo adiamento do certame de 1952. Aliás, as notícias sobre o novo evento eram anunciadas em periódicos de grande veiculação do porte do Jornal do Comércio.
- 56 A matéria ofereceu uma retrospectiva dos dez congressos brasileiros de geografia, mas omitia o motivo da interrupção.<sup>12</sup> Por outro lado, reforçou a reunião como um espaço para reflexão sobre os problemas brasileiros da época. No caso do estado do Rio de Grande do Sul, ressaltou a importância geoestratégica da Bacia do Prata. Nesse sentido, o almirante Dodsworth Martins, presidente da (agora denominada) Sociedade Brasileira de Geografia, realçou que deveria ser dada “destacada ênfase aos temas técnicos e científicos que confluam sobre o aproveitamento ao maior desenvolvimento de novas fontes econômicas, visando, com isso, cooperar na batalha da produção, preconizada pelo presidente Getúlio Vargas” (Jornal do Comércio, 20 de junho 1951). Corroborando com o discurso de Dodsworth Martins, o general Djalma Polli Coelho, presidente do IBGE, recomendou que no programa do congresso devia constar as teses sugeridas. No seu entendimento, temas “que versem assuntos locais e estudos e problemas geográficos marcantes da atualidade, tais como o plano SALTE, a transferência da capital da República, o estudo dos grandes vales e o polígono das secas. Esses assuntos, declarou por fim, deveriam ser recomendados aos geógrafos brasileiros” (Jornal do Comércio, 20 de junho 1951).
- 57 Além disso, previu-se o envio de circulares-convite para as instituições científicas e culturais para o evento. Na ocasião, o secretário do IHGB, Virgílio Correa Filho, confirmou a participação da entidade através do pagamento de uma taxa de dois mil cruzeiros para adesão, nas suas palavras “(...) além da adesão do Instituto como entidade, que não poderá permanecer indiferente a certames culturais de tal ordem também providenciou a sua própria categoria de Protetor” (Ofício de 29/01/1954 do IHGB para a Comissão Organizadora).
- 58 O certame realizado em Porto Alegre, entre os dias 05 e 14 de maio, seguiu a formalidade dos eventos anteriores. Sob a presidência do desembargador Florêncio de Abreu, presidente do IBGE, o evento foi inaugurado no Teatro São Pedro. Nessa oportunidade, as reuniões de trabalho foram realizadas na Faculdade Católica de Filosofia. Contou com a participação de geógrafos, de professores de geografia, de técnicos do CNG, além dos representantes das instituições culturais e científicas de diversos estados, a exemplo do Serviço Geográfico do Exército, do Instituto de Geografia e História Militar, do Instituto

Pan-American de Geografia e História, da Inter-American Geodetic Survey, da Comissão do Vale do São Francisco, do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, entre outras, bem como os egressos dos cursos de Geografia das Faculdades de Filosofia.<sup>13</sup>

- 59 Além de ressaltar as características de natureza histórica e geográfica do estado do Rio Grande do Sul, em especial a contribuição dos bandeirantes, dos lagunenses e dos açorianos na formação territorial, Florêncio de Abreu homenageou os sul-rio-grandenses como o governador do estado, o general Ernesto Dornelles; o prefeito de Porto Alegre, o engenheiro Ildo Meneghetti e o general Dodsworth Martins, então proclamados presidentes de honra do certame, ao lado do então presidente da República Getúlio Vargas. É de se estranhar a falta de destaque à figura de Vargas como um ilustre natural do estado, uma vez que ele foi um dos maiores incentivadores dos congressos de geografia de 1940 e 1944. De todo modo, para o evento de 1954, Vargas autorizou a abertura de um crédito especial de quatrocentos mil cruzeiros (*Jornal do Brasil*, 21 de fevereiro de 1954), assim como dispensou o ponto dos funcionários que comparecessem ao certame (Correio da Manhã, 11 de abril de 1954). Seja como for, também foram homenageados como beneméritos o general Cândido Rondon, os professores Delgado de Carvalho, Afonso Guerra Lima, Aroldo de Azevedo e Lindolfo Xavier. Ao discursar sobre a geografia brasileira Florêncio de Abreu, constatou que:

Nos dias de hoje, quando os métodos empregados respondem de fato aos reclamos da ciência, quando no trato da Geografia e das pesquisas de campo intervêm recursos jamais sonhados pelos grandes pioneiros de outrora, a atividade do geógrafo, apoiada em ciências auxiliares que lograram amplo desenvolvimento, assume uma feição nitidamente renovadora. Com a proscrição dos velhos métodos de pesquisa, valorizou-se em consequência o próprio ensino da matéria nos currículos oficiais e particulares, de tal sorte que a Geografia é hoje uma especialização abrangente, a que se dedicam poderosas inteligências e grandes culturas, no afã nobilíssimo de desvendarem os arcanos da terra e da natureza à posse do homem, à sua fixação ao solo e à sua felicidade coletiva. (Revista Brasileira de Geografia, 1954: 280)

- 60 Além das 48 teses apresentadas, o programa constou ainda da organização das mesas-redondas: “Geografia e os problemas dos transportes e comunicações”, por Walter Haltinger; “A geografia e o problema da energia do Brasil”, por Antônio J. Matos e “Conservação dos recursos naturais”, por Jorge Zarur. Destacaram-se as conferências de Delgado de Carvalho sobre “Geografia política e geopolítica”; do ex-governador e membro da comissão de localização da nova capital da República, Jerônimo Coimbra Bueno, que discorreu sobre os problemas da escolha da nova capital, além do professor Aziz Ab’saber da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, que palestrou sobre as características geográficas de Porto Alegre e por último, o almirante Jorge Dodsworth, que apresentou “O destino do planeta Terra”.

- 61 Em paralelo, ocorreu uma exposição geográfica-cartográfica, que reuniu documentos enviados por diversas instituições, em especial do CNG, bem como realizaram-se excursões para as minas de São Jerônimo no Vale do Jacuí e para a cidade de Caxias do Sul. O “Relatório” publicado na Revista Brasileira de Geografia destacou a proposta do professor Aroldo de Azevedo voltada para a criação de um departamento geográfico no estado do Rio Grande do Sul. Ao longo do certame foram realizadas ainda quatro sessões plenárias voltadas para leitura e aprovação das teses pelas comissões técnicas. Consta, ainda, passeios culturais ao Country Club de Porto Alegre, ao Centro de Tradições 35 e ao Instituto Histórico do Rio Grande do Sul. Aparentemente, o certame de 1954 não obteve o

mesmo brilho de suas últimas duas edições apesar do aparato organizacional assegurado pelo IBGE, visto que não há referência ao número total de participantes e aos anais desse congresso no “Relatório”.

- 62 Vale a pena destacar que os congressos promovidos pela Sociedade de Geografia, sob os auspícios do IHGB, em 1940, 1944 e 1954 constituem um bom exemplo do funcionamento do sistema geográfico oficial instituído a partir de 1938. Evidenciam a predominância de um saber geográfico de caráter pragmático e utilitário, direcionado para o reconhecimento do espaço nacional e para subsidiar a ação do governo, consoante a cultura geográfica do Estado Novo. Porém isso não significa que sua contribuição ao conhecimento geográfico deva ser minimizada. É importante assinalar que, como atestam as discussões travadas, sobretudo na reunião de 1944, o campo da geografia no Brasil se encontrava em franca delimitação. Não por acaso pleiteava-se sua separação da história nos cursos das faculdades de filosofia. Além disso, despontava a preocupação em definir um perfil para o geógrafo profissional, cuja formação se presumia diferente daquela destinada aos docentes de ensino médio.
- 63 Os certames realizados durante a Era Vargas reforçaram a visibilidade da SGRJ/SBG. Essa nova fase se manifestou através da incorporação de novos associados, na maior parte, funcionários do IBGE e de professores que atuavam nas recém criadas faculdades de filosofia, além de militares e de políticos, categorias que frequentavam a instituição desde a sua criação em 1883. Assim, no final de 1944, uma nova diretoria foi eleita para o biênio seguinte, encabeçada pelo ex-chanceler José Carlos de Macedo Soares. Vale a ressaltar que Macedo Soares ocupou a presidência da Sociedade Brasileira de Geografia (daqui por diante, SBG) entre 1945 e 1951, além do IHGB e do IBGE. Presidindo quase simultaneamente diferentes instituições, Macedo Soares promoveu o encontro de especialistas, estudiosos e professores. Com os quadros administrativos revigorados, a instituição passou por uma reforma estatutária que alterou seu nome, retirando a referência à cidade-capital a fim de reiterar seu objetivo de estabelecer filiais pelo território nacional.<sup>14</sup>
- 64 Entre 1909 e 1954, a SBG promoveu onze edições dos certames geográficos. A atuação da instituição foi caracterizada por alguns como heroica, uma vez que “as iniciativas dependiam dos sucessos de seus membros em chamar a atenção da sociedade para os temas que procuravam discutir” (Evangelista, 2014: 141), atingindo assim diversas áreas do território brasileiro. Porém, uma nova fase despontava com o surgimento dos congressos geográficos patrocinados pela Associação Brasileira de Geógrafos (AGB) com a participação de professores dos cursos universitários e funcionários do IBGE. Vale recordar que no mesmo ano de 1954, na cidade de Ribeirão Preto, teve lugar o primeiro evento organizado por esta entidade profissional, criada em 1934. A partir daí, iniciava-se uma demarcação formal entre a geografia produzida pelos professores dos cursos universitários e dos antigos promotores de certames geográficos, que passariam a ser classificados pejorativamente como dilettantes e autodidatas. Nesse sentido, Aroldo de Azevedo, catedrático da Universidade de São Paulo, enfatizou na ocasião a importância de um evento exclusivo para geógrafos profissionais, pois esse espaço responderia a demandas específicas da disciplina acadêmica e sua comunidade científica, garantindo a estas “voz ativa” e legitimidade nos assuntos referentes à Geografia. Em suas palavras:

Por que realizar um Congresso de Geógrafos, se já têm sido realizados tantos Congressos de Geografia, o último dos quais o XI, reuniu-se em Porto Alegre, em maio do corrente ano? A resposta a esta pergunta é muito simples: em um Congresso de Geografia, tomam parte ativa todos quantos nele se inscrevem.

Bastando que se interessem pelo seu sucesso, independentemente de sua especialização; geólogos ou economistas, matemáticos ou juristas, militares ou geógrafos profissionais, cirurgiões ou historiadores, sociólogos ou botânicos, odontologistas ou etnógrafos, químicos ou arquitetos, sumidades em qualquer ramo do saber humano ou simples curiosos, — todos, indistintamente, na medida de seus conhecimentos ou de sua audácia, podem oferecer sua contribuição, quer através de tese, quer através de seu voto em plenário. O resultado, como é de se esperar, nem sempre é muito lisonjeiro e a Geografia deixa de receber, via de regra, o ambicionado número de contribuições realmente valiosas e verdadeiramente geográficas. (Azevedo apud Antunes, 2008:250)

- 65 Fechava-se um ciclo histórico da produção do conhecimento geográfico no Brasil, no qual os congressos aqui analisados cumpriram importante papel.
- 

## BIBLIOGRAFIA

- AGULHON, Maurice (1996). *Histoire vagabonde: la politique en France, d'hier à aujourd'hui*. Paris: Gallimard. t.3.
- AQUINO, Ivo de (1941). Discurso na sessão solene de instalação. *Anais do 9º Congresso Brasileiro de Geografia*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE. v.1, pp. 92-93.
- ANTUNES, Charles da França (2008). A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – origens, ideias, transformações: notas de uma história. Tese (Doutorado em Geografia), Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense.
- ARAGÃO, Egas Moniz Barreto (1916). Um falso conceito de raça em antropogeografia. *Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado. v.1. pp.551-565.
- BARRETO, Carlos Xavier Paes et al. (1926). Regulamento do 8º Congresso Brasileiro de Geografia. *Anais do 8º Congresso Brasileiro de Geografia*. Vitória.
- CAPANEMA, Gustavo (1949). Discurso na 3a sessão plenária em 15 de setembro de 1944. *Anais do 10º Congresso Brasileiro de Geografia* v. 1. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia.
- CAPELATO, Maria Helena R. (1998). *Multidões em cena: a propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus.
- CARDOSO, Luciene P. Carris (2011). “Os congressos brasileiros de geografia entre 1909 e 1944”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.1, pp. 85-103.
- \_\_\_\_\_ (2013). *O lugar da geografia brasileira: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (1883-1945)*. São Paulo: Annablume.
- CASTRO, Cristóvão Leite de (1949). 2a sessão plenária em 13 de setembro de 1944. *Anais do 10º Congresso Brasileiro de Geografia* v. 1. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia.
- CNG/Conselho Nacional de Geografia (1939). Resolução n. 22 de 18 de julho de 1938. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.1, n.3, p.143.
- Correio da Manhã (1954). Dispensa de ponto aos que comparecerem ao congresso de geografia. Rio de Janeiro, 11 de abril de 1954, p. 8.

COSTA FILHO, Luis José da (1916). “A geografia e a guerra”. Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia, v. 2. Salvador: Imprensa Oficial do Estado.

EVANGELISTA, Hélio de Araújo (2014). Aspectos históricos da geografia brasileira. Rio de Janeiro: Letra Capital.

FRONTIN, André Gustavo Paulo de (1916). Clube de Engenharia: instruções para a construção de cartas geográficas. Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia. Salvador: Imprensa Oficial do Estado. v.1.

GOMES, Ângela de Castro (2007). “Cultura política e cultura histórica no Estado Novo”. In: Abreu, Martha; Soihet, Rachel; Gontijo, Rebeca (orgs.). Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. pp. 43-63.

GUERRA, Antônio Teixeira (1958). “Vultos da geografia do Brasil. Jorge Zarur”. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 20, n.3.

IBGE (1954). “XI Congresso Brasileiro de Geografia”. Revista Brasileira de Geografia v. 16, n. 2, pp. 276-285.

\_\_\_\_\_ (1954b). Ofício enviado ao IHGB pela comissão organizadora do XI Congresso Brasileiro de Geografia, 29 de janeiro de 1954. Coleção do Instituto Histórico.

Jornal do Comércio (1951). XI Congresso Brasileiro de Geografia. 20 de junho de 1951, p. 05.

Jornal do Brasil (1954). A realização do XI Congresso Brasileiro de Geografia. 21 de fevereiro de 1954, p. 09.

LOBO, Luiz (1916). A geografia militar no Brasil. Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia, v.2. Salvador: Imprensa Official do Estado, pp.768-781.

LÓPEZ-OCÓN, Leoncio (1996). “Les sociétés de géographie: un instrument de diffusion scientifique en Amérique Latine au début du XX<sup>e</sup> siècle. In: Petijean, Patrick (dir.). Les sciences hors d’Occident au XX<sup>e</sup> siècle. Paris: ORSTOM, pp. 79-85.

MATTA, Alfredo Augusto da (1916). Noções de climatologia de Manaus. Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia, v.1. Salvador: Imprensa Oficial do Estado.

MELO, Mário (1919). 6º Congresso Brasileiro de Geografia. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco v.21, n.103-104. Recife.

NUNES, Eliane (2007). “Manuel Raimundo Querino: o primeiro historiador da arte baiana”. Revista Ohun ano 3, n.3. Salvador, pp. 237-261.

OLIVEIRA, Xavier de (1946). Redivisão política e territorial do Brasil: estados de fronteira, estados mediterrâneos e o Ministério de Terras, Migração e Colonização. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

\_\_\_\_\_ (1949). Relação das teses premiadas, mensagens, moções, indicações e comunicações. Anais do 10º Congresso Brasileiro de Geografia, v. 1. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia.

PEREIRA, J. Thimes (1915). O Brasil e a sua divisão territorial sob o ponto de vista político, social e econômico. Anais do 4º Congresso Brasileiro de Geografia, v. 2. Recife. Recife: Imprensa Oficial.

PEREIRA, Sérgio Nunes (2003). Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: origens, obsessões e conflitos (1883-1944). Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

- QUERINO, Manuel Raimundo (1916). A raça africana e os seus costumes na Bahia. Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia v.2. Salvador: Imprensa Oficial do Estado.
- RAJA GABAGLIA, Fernando Antonio (1941). Discurso na sessão solene de instalação. Anais do 9º Congresso Brasileiro de Geografia, v.1. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia.
- \_\_\_\_\_ (1949). Discurso na sessão plenária preparatória. Anais do 10º Congresso Brasileiro de Geografia, v.1. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia.
- RAMOS, Nereu (1941). Discurso na sessão solene de instalação. Conferência. Anais do 9º Congresso Brasileiro de Geografia. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE.
- REGULAMENTO do 9º Congresso Brasileiro de Geografia (1941). Anais do 9º Congresso Brasileiro de Geografia, v. 1. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, p.71.
- SANTOS, Sydney M. dos (1989). A cultura opulenta de Everardo Backheuser: os conceitos e as leis básicas de geopolítica. Rio de Janeiro: Carioca Engenharia.
- SILVA, Osmar Romão da (1949). Assimilação em Santa Catarina. Anais do 10º Congresso Brasileiro de Geografia. v.1. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia.
- SOUZA, Bernardino José de (1941). Conferência. Anais do 9º Congresso Brasileiro de Geografia, v.1. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE.
- TAPAJÓS, Vicente et al. (orgs.). (1996). Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros, v.3. Rio de Janeiro: IHGB.
- TORRES, Octavio (1916). Descrição da distribuição da leishmaniose na Bahia. Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia, v. 1. Salvador: Imprensa Oficial do Estado.
- UBATUBA, Ezequiel Augusto (1912-1922). O Brasil futuro. Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, t. 25-26-27. Rio de Janeiro.
- VALLADARES, Antônio do Prado (1916). Delimitação do conceito científico das expressões tropicais, patologia tropical. Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia, v.1. Salvador: Imprensa Oficial do Estado.
- XAVIER, Lindolfo Octávio (1917). Revista geográfica. Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, t.15. Rio de Janeiro, pp.4-12.
- ZARUR, Jorge (1949). Geografia: ciência moderna a serviço do homem. Anais do 10º Congresso Brasileiro de Geografia, v. 1. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia.

**Fontes:**

- ANAIIS do 4º Congresso Brasileiro de Geografia. 3 v. (1915). Recife: Imprensa Oficial do Estado.
- ANAIIS do 5º Congresso Brasileiro de Geografia, 2v. (1916). Salvador: Imprensa Oficial do Estado.
- ANAIIS do 8º Congresso Brasileiro de Geografia, 1 v. (1926). Vitória: s/l.
- ANAIIS do 9º Congresso Brasileiro de Geografia, 5v. (1941). Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE
- ANAIIS do 10º Congresso Brasileiro de Geografia, 2 v. (1949). Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia.

## NOTAS

1. No âmbito acadêmico, os trabalhos do 1º CBG foram estruturados em 12 comissões. Para cada uma delas havia um comitê científico encarregado de avaliar o mérito das memórias, mapas e

monografias, através de pareceres e de comentários técnicos, a saber: geografia matemática e cartografia; geografia física e política; vulcanologia e sismologia; hidrologia, potamografia e limnologia; oceanografia e correntes marítimas; meteorologia, climatologia e magnetismo; geografia biológica; geografia botânica e zoogeografia; antropologia e etnografia; ensino de geografia, regras e nomenclatura; geografia histórica; e explorações geográficas. A instauração de comitês científicos continuou a ser adotado nos eventos seguintes.

2. Os trabalhos do 4º CBG dividiram-se em 12 comissões científicas: geografia física e política; geografia matemática e cartografia; vulcanologia e sismologia; hidrologia, potamografia e limnologia; oceanografia; meteorologia, climatologia e magnetismo terrestre; geografia biológica, geografia botânica e zoogeografia; antropologia e etnografia; geografia econômica e social; ensino de geografia; regras e nomenclatura; e geografia histórica.

3. O encontro foi organizado em 12 seções, a saber: geografia matemática (geoplanetologia, noções topográficas e geodésicas, cartografia); geografia física (aerologia, oceanografia, geomorfologia); vulcanologia e sismologia; climatologia e geografia médica; biogeografia (fitogeografia e zoogeografia); antropogeografia ou geografia humana; geografia política e social; geografia econômica e comercial; geografia agrícola; geografia militante e geografia histórica; ensino da geografia, regras e nomenclatura; e monografias descriptivas regionais.

4. Os trabalhos daquela jornada foram divididos em oito seções: geografia matemática; geografia física; biogeografia e etnografia; geografia política e geografia econômica, metodologia geográfica; monografias regionais; limites interestaduais e comemorações do centenário de 1922. Como era de praxe, elaborou-se uma exposição de livros, mapas e outros objetos separados por estados.

5. Os trabalhos dessa jornada foram divididos em oito seções temáticas.: geografia matemática (geoplanetologia e noções geodésicas e topográficas, cartografia);climatologia e geografia médica do Brasil; fitogeografia e zoogeografia; antropogeografia, etnologia e etnografia; geografia econômica, comercial, agrícola e industrial; geografia histórica, geografia política e social; geologia, paleogeografia e mineralogia; fisiografia, aerologia, oceanografia, hidrografia terrestre, potamografia, limnologia, fisiografia das terras, orografia, vulcanologia, aerografia e nesografia.

6. Backheuser organizou com Delgado de Carvalho o Curso Livre Superior em Geografia, que teve lugar na SGRJ em 1926 e 1927. Ali também presidiu a Comissão Nacional de Redivisão Territorial (1933), que formulou uma proposta em parte assimilada pela criação de territórios federais situados na fronteira oeste do Brasil, em 1943. O engenheiro foi um dos introdutores dos estudos geopolíticos no país, tendo escrito, entre outros, *A estrutura política do Brasil. Notas prévias* (1926) e *Problemas do Brasil. Estrutura geopolítica. O espaço* (1933). Propôs o ensino da geografia em bases científicas nas escolas e ressaltou a importância da elaboração de mapas topográficos e geológicos, do levantamento de informações estatísticas, da sistematização de dados meteorológicos, além da criação de uma cadeira de geopolítica nos currículos dos cursos superiores (Santos, 1989).

7. Estabeleceu-se, assim, uma espécie de via de mão dupla com os órgãos federais, que reconheciam a contribuição do tradicional reduto científico e recebiam, em troca, apoio e colaboração na implementação dos seus programas de trabalho. Não houve, portanto, conflito de interesses entre a associação e os organismos que seriam criados ao longo aos anos 1930, uma vez que o sistema geográfico oficial integrava antigos e modernos.

8. Bernardino José de Sousa, bacharel em direito pela Faculdade da Bahia, destacou-se como deputado estadual e como ministro do Tribunal de Contas da União; também atuou como professor de geografia e de história. Sobre a sua trajetória pessoal, ver Tapajós (1996: 161).

9. Com o objetivo de cuidar da organização do evento, cuja presidência de honra foi destinada a Getúlio Vargas, formaram-se dois comitês. O primeiro, de caráter normativo e centralizador, desenvolveria suas atividades no Distrito Federal. Compunha-se de sócios da SGRJ e de membros

do IBGE, encarregados de determinar o programa, a estrutura e o funcionamento do 9º Congresso. O segundo reuniu-se em Florianópolis, local do evento, devendo tratar da sua execução física e responsabilizar-se pelo preparo da Exposição de Geografia e de Cartografia do Brasil.

10. As monografias inscritas deveriam passar pelo crivo de comissões científicas, incumbidas de emitir parecer quanto ao mérito do seu conteúdo e a adequação à pauta indicada, de acordo com o modelo adotado nos congressos internacionais (Souza, 1941:19). Entretanto, ao lado dessas diretrizes de natureza acadêmica, as contribuições, por certo, sofriam outro tipo de apreciação, pois é sabido que a censura do Estado Novo se mostrava implacável quando se tratava de avaliar iniciativas de natureza cultural, que só poderiam ter lugar debaixo da tutela da ordem política.

11. Foram laureadas com medalhas de prata as teses “A cartografia antiga e os fundamentos pré-históricos da nação brasileira”, “O cearense na Amazônia: inquérito antropogeográfico sobre um tipo de imigrante” e “Lages, a rainha da serra”, redigidas, respectivamente, pelo professor português Jaime Cortesão, pelo economista Samuel Benchimol e pelo engenheiro Vítor Peluso Junior. Receberam medalhas de bronze o ministro João Severiano da Fonseca Hermes, os professores Arthur César Ferreira Reis, Carlos Marie Cantão e Agnello Bittencourt, pelas respectivas contribuições, “O Rio de Janeiro: uma carta geral – aspectos físicos, expedições demarcadoras”; “Sertanistas, missionários e demarcadores: na revelação geográfica da Amazônia”; “Programa: tipo de excursões para fins didáticos”; e “Perfil do homem da Amazônia”.

12. Vale ressaltar que não localizamos os anais do congresso de 1954, há o registro do evento em vários periódicos de grande circulação, bem como no relatório publicado em 1954 na Revista Brasileira de Geografia.

13. A jornada foi dividida em onze sessões temáticas, a saber: geografia histórica e história da geografia; geografia matemática; geografia física; biogeografia; geografia humana; geografia econômica; geografia política; geografia regional; didática da geografia; metodologia da pesquisa geográfica; nomenclatura geográfica e demografia e colonização.

14. Coube a vice-presidência ao ministro João Severiano da Fonseca Hermes, para os postos de segundo e terceiro vice-presidentes foram escolhidos Jorge Dodsworth Martins e Everardo Backheuser, respectivamente. As funções de secretário geral ficariam a cargo de Mário Campos Rodrigues de Sousa, e as de primeiro e segundo secretários por Frederico Augusto Rondon e Silvio Fróis de Abreu. Por sua vez, Luís Alves de Oliveira Belo assumiu as atribuições de tesoureiro e Francisco de Sousa Brasil designado orador oficial.

---

## RESUMOS

O artigo examina a promoção do onze congressos brasileiros de geografia pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro entre 1909 e 1954. Tais eventos revelaram o estado da arte e a evolução da geografia no Brasil, assim como evidenciaram as transformações econômicas, políticas e sociais que se operavam no país.

The article examines the promotion of eleven Brazilian Geography congresses by the Geography Society of Rio de Janeiro between 1909 and 1954. Events such as these revealed the state of the art and the evolution of Geography in Brazil, and provided further evidence of the economic, political and social transformations operated in the country.

El artículo examina la promoción del decimo primero Congreso Brasileño de Geografía por la Sociedad de Geografía de Río de Janeiro entre 1909 y 1954. Estos acontecimientos han puesto luz a la técnica y a la evolución de la geografía en Brasil, así como se destaca el desarrollo económico, político y social que se operaban en el país.

L'article examine la réalisation d'onze Congrès brésilien de géographie organisés par la Société de géographie de Rio de Janeiro entre 1909 et 1954. Ces événements ont révélé l'état de l'art et l'évolution de la géographie au Brésil, ainsi que le développement dans les domaines économique, politique et sociale dans le pays.

## ÍNDICE

**Palavras-chave:** congressos brasileiros de geografia, história da geografia, Brasil

**Índice geográfico:** Brasil

**Palabras claves:** congresos brasileños de geografía, historia de la geografía, Brasil

**Índice cronológico:** 1909-1954

**Keywords:** brazilian geography congresses, history of geography, Brazil

**Mots-clés:** congrès brésilien de géographie, histoire de la géographie, Brésil

## AUTOR

**LUCIENE PEREIRA CARRIS CARDOSO**

Doutora em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora visitante do Departamento de História da PUC-Rio.